

Faxinais na região Centro-Sul paranaense: aspectos físico-ambientais, mudanças, continuidades e extinção

Faxinais en el Centro-Sur paranaense: aspectos físico-ambientales, cambios, continuidades y extinción

Cecilia Hauresko¹

Eneas Rente Ferreira²

Resumo: O presente artigo trata das características físico-ambientais da região centro-sul do Paraná, onde é evidente a correlação entre os elementos da vegetação natural e as atividades que se realizaram ao longo do tempo. Com este artigo buscamos a partir da análise de obras, documentos e relatos sobre a constituição do sistema faxinal, identificar os principais fatores que levaram à desestruturação de alguns faxinais, e a manutenção de reestruturação de outros. O estudo se propõe em estudar os faxinais: Faxinal Anta Gorda no município de Prudentópolis e o Faxinal Taquari dos Ribeiros no município de Rio Azul

Palavras-chave: faxinal – mudanças – continuidades - extinção

Resumen: El presente artículo trata de las características físico-ambientales de la region centro-sur del Estado do Paraná, donde es evidente la correlación entre los elementos de la vegetación natural e de las actividades que se formaron con el tiempo. Con este artículo solicitado a partir del análisis de obras, documentos e informes sobre la formación del sistema faxinal, identificar los factores que llevaron a la destrucción de algunos faxinais, y el mantenimiento de la reestructuración de los demás. El trabajo se propone em estudiar los faxinais: Anta Gorda en el municipio de Prudentópolis y Faxinal de Taquari dos Ribeiros en la ciudad de Río Azul

Palabras clave: faxinal - cambios - continuidades - extinción

Introdução

A região centro-sul integra a área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII, marcada pelos principais ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e madeira.

A formação territorial e a ocupação deste espaço sempre esteve vinculada à atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivos e extrativos, evidenciando

¹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Campus de Guarapuava. Doutoranda em Geografia na UNESP – Campus de Rio Claro – e-mail: cehauresko@ig.com.br ou chauresko@unicentro.br

² Professor Livre Docente da UNESP – Campus de Rio Claro – Orientador da pesquisa – eneasrf@yahoo.com.br

a correlação entre os elementos da vegetação natural e o processo de organização da ocupação humana e da produção.

A ocupação das terras da região, ricas em mate e pinheiro, acontece na época (século XIX início do século XX), em que o Paraná vive uma crise de abastecimento alimentar e de carência de braços para a construção de rodovias, ferrovias, etc. Neste período, o governo estatal tem como preocupação central pensar formas de garantir mão-de-obra para a agricultura de alimentos e para obras de infra-estrutura do Estado.

As companhias privadas que já exploravam mate e madeira, foram as contratadas para empreender a colonização. Para isso o governo concedeu terras devolutas como forma de pagamento pela construção de ferrovias, em especial, a estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul e pela campanha para colonização do Estado. As companhias passaram a ter mais uma fonte de renda, além da obtida pela exploração da erva-mate e da madeira, com a venda de terras aos imigrantes europeus recém chegados.

A área de mata no centro-sul constituiu-se, no início, em fator de atração para a exploração da erva-mate, dando origem aos primeiros núcleos de ocupação, onde se instalou uma população cabocla. Posteriormente, esse espaço foi ocupado por imigrantes de origem européia que desenvolveram uma economia diversificada em pequenas propriedades, possibilitando crescimento e mais tarde autonomia aos municípios da região, contudo, é importante lembrar que quando o colono chega, as terras não estavam livres. Aqui viviam os indígenas e os caboclos que se dedicavam ao extrativismo da erva-mate e pequenas lavouras de subsistência.

Dessa forma, nesta região podemos reconhecer dois circuitos básicos que constituíram a economia local: o de auto-suficiência que abrangia a maior parte da população (pequenos produtores rurais que produziam alimentos para o autoconsumo e para vender no mercado local) e o circuito primário-exportador, cujo domínio maior era dos fazendeiros, senhores ervateiros e madeireiros que exploravam os recursos naturais da região e o vendiam para o mercado externo. Assim, construiu-se uma estrutura agrária na qual um reduzido número de grandes propriedades explorava atividades que destinavam seus produtos para exportação, e um grande número de pequenas unidades exploravam produtos de consumo doméstico, que davam suporte à atividade principal, pelo fornecimento do alimento e reprodução da mão-de-obra.

Diante disso, a região do Paraná tradicional³ apresenta expressivas particularidades, tanto em termos de ocupação humana pelos diversos grupos de imigrantes europeus e os chamados *nativos* (indígenas e caboclos) que passaram a viver aqui, quanto em termos de economia e organização social. A região traz materializada a história do povoamento deste Estado, em vários aspectos, tanto no patrimônio sócio-cultural quanto no econômico, configurando-se num espaço repleto de especificidades.

Uma das particularidades está na criação, pelos imigrantes europeus e caboclos, do sistema faxinal⁴. Interessados em valorizar estas áreas de elevado interesse econômico, particularmente as áreas de mata mista com Araucárias (ver figura 01), seus habitantes resolveram separar as áreas de incidência de erva-mate e madeiras das áreas de capoeira, assim denominada a floresta que não possuía madeiras de valor e cederia espaço, após derrubada e queimada, à agricultura de subsistência. Os faxinais ocuparam 1/5 do território paranaense como forma predominante de organização da produção rural, fato que atribuiu importância à este sistema que persiste, embora, em um número bastante reduzido.

Neste trabalho, iremos abordar: as características físico-ambientais da região onde foi organizado o sistema faxinal; os principais fatores que levaram à desestruturação de grande parte deles; a manutenção/reestruturação dos que permanecem até hoje, tomando como base estudos realizados no Faxinal Anta Gorda no município de Prudentópolis e no Faxinal Taquari dos Ribeiros no município de Rio Azul.

Caracterização físico-ambiental da região centro-sul do Paraná

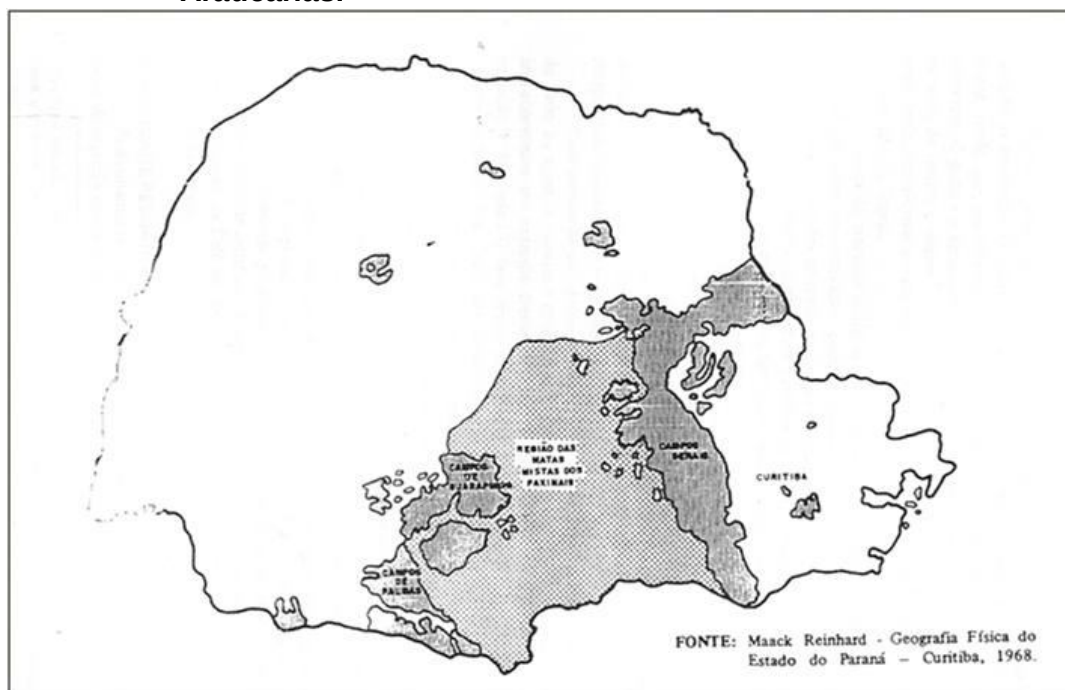
O estudo da evolução histórica dos municípios (ver figura 02) que compõe a região centro-sul do Estado do Paraná deixa evidente a correlação entre os elementos da vegetação natural e as atividades que aqui se realizaram ao longo do

³ Foram assim chamadas as primeiras regiões a serem ocupadas na colonização da Província.

⁴ Utilizamos neste trabalho a distinção feita por Chang (1988, p. 13) entre faxinal e Sistema Faxinal. De acordo com o autor Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o sistema faxinal, é uma forma particular de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinhas.

tempo, através da ocupação humana e exploração dos capões⁵, campos naturais e das matas.

Figura 01 – Mapa de localização da área de ocorrência da Floresta Mista com Araucárias.



Fonte: CHANG, M. Y. 1988.

O clima, o solo, a vegetação, o relevo, recursos hídricos, somados aos valores culturais, interesses econômicos e políticos dos grupos humanos, representam variáveis importantes na escolha do lugar a ser ocupado, explorado e apropriado.

Os imigrantes logo que assentados em pequenas propriedades, dedicaram-se à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade.

Sponholz (1971, p. 14), assinala que:

⁵ Os capões encravados nas amplas áreas de campos abertos desempenharam - e ainda desempenham importante função relacionada à criação do gado, servindo de fonte alimentar e de abrigo aos rebanhos. Os criadores, proprietários das terras, procuram conservar capões, preservando também as plantas alimentares preferidas pelo gado, como as gramíneas, a azedinha-do-mato, o açoita-cavalo, entre outras. O gado ale, de procurar os capões para se alimentar neles também se abriga das chuvas, do vento e do frio, além de servir de maternidade natural para os bezerros, que nascem nos meses de inverno, entre julho e outubro (Ribeiro, 1993).

Um dos fatores importantes para a exploração agrícola é o relevo do terreno. Qualquer superfície em declividade superior a 2% está sujeita à erosão. Podemos afirmar seguramente que toda a área de cultivo da região é ondulada e em grande parte muito acidentada, alcançando inclinações até 30% ou superiores, o que é um dado a mais nos fatores do empobrecimento da agropecuária regional. Uma superfície acidentada, além de expor o solo aos efeitos danosos das enxurradas e dificultar o cultivo impossibilita a mecanização.

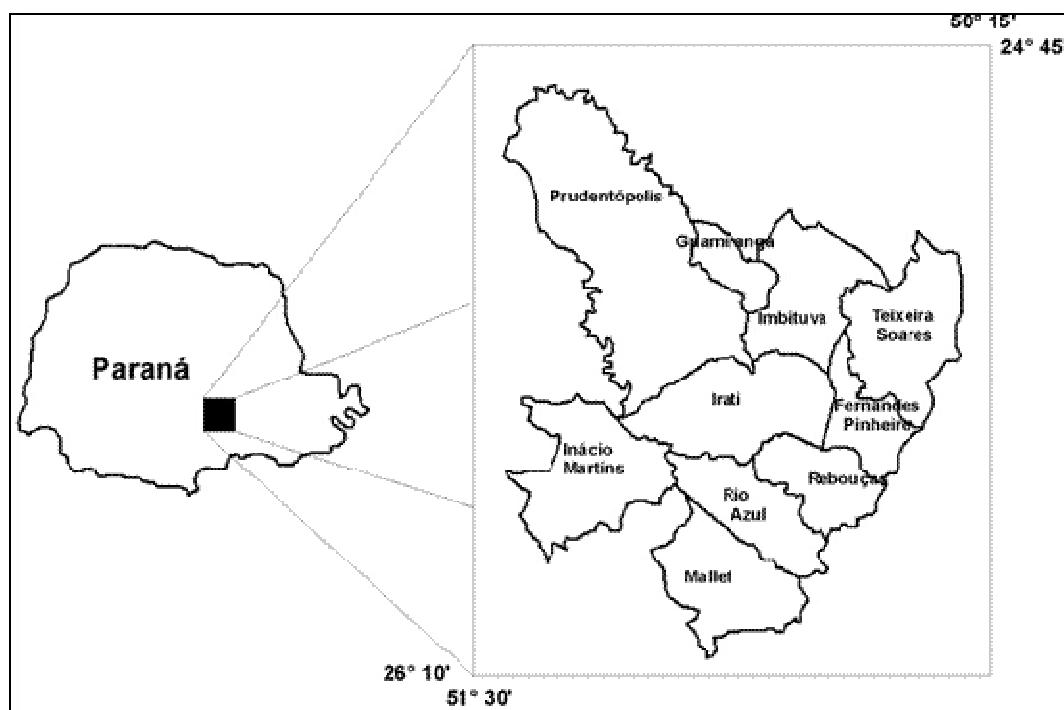
É importante também falar do caboclo, figura de singular importância na organização da atividade agrícola e principalmente na atividade de extração da erva-mate. Nos dias atuais ainda encontramos dentre os grupos étnicos da região, os descendentes de caboclos que habitavam estas terras. Esses caboclos etnicamente constituídos por descendentes de paulistas e indígenas da região viviam da economia de subsistência e da extração da erva-mate. Segundo Wachowicz(1985, p. 104) “A grande maioria dos caboclos eram o que se poderia denominar pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu.

A floresta com Araucária, se constitui em uma das mais importantes formações florestais do Brasil, não só pela área que ocupava, mas pelo seu papel na história econômica e de povoamento do Paraná. O pinheiro do Paraná é um elemento que marca a paisagem dessa região, principalmente pela sua imponência física, de grande porte, com copas altas que emergem sobre as demais árvores da floresta. Evidentemente, que esta exuberância do pinheiro, corresponde a um bioma bastante complexo, onde todas as espécies tem igual importância para o seu equilíbrio.

Essas áreas florestadas foram destinadas pelos imigrantes e caboclos para criadouro comunitário⁶, e para moradia. As terras para a prática da agricultura foram localizadas fora dos faxinais. Estas foram chamadas por Payés(1993) de *terras altas*, enquanto as terras baixas, ou de relevo plano foram destinadas à criação de animais, por serem consideradas (na época) impróprias para a agricultura.

⁶ Segundo Carvalho (1984), criador comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários da terra para a sua utilização comunal tendo em vista a criação de animais. Esta área é formada por várias parcelas de terras de diferentes proprietários, formando uma ao lado das outras, um espaço contínuo. O autor esclarece que essas terras não são de propriedade comum entre os participantes do criador. As terras são privadas, mas, consensualmente em uso comum.

Figura 02 – Mapa dos municípios que formam a região Centro-Sul do Paraná



Fonte: DISPERATI, A. A; FAGNANIZ, K. ; OLIVEIRA, P. C. F. Disponibilidade de fotografias aéreas para a região centro-sul do Estado do Paraná. In: Revista Ambiência Guarapuava, PR v.1, p. 83-91jan./jun. 2005.

Terra de mato: palavra – chave na constituição do sistema faxinal

A atividade de extração da erva-mate representa um marco importante na história do Paraná e principalmente para a história dos municípios da microrregião centro-sul, dado que foi a responsável pela dinamização desta área. Esta se manteve como principal produto paranaense durante o período entre a Emancipação Política do Paraná (1853) e a Grande Crise de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense, além de formar a base do sistema faxinal.

Em Payés(1993), encontramos informações sobre o sistema faxinal no município de Rio Azul. O autor a partir dos depoimentos que colheu, afirma que desde o início da ocupação dessas áreas, foram feitas divisões, para usos diferenciados, porém o autor, assevera que, a divisão do espaço rural para determinado uso dos recursos naturais não ocorreu apenas em Rio Azul, mas na maior parte da Região Centro-Sul do Paraná. Nessa divisão, as terras altas dão lugar às áreas de culturas anuais, também chamadas de terra de lavoura ou de planta quando inclui as áreas em descanso (pousio). Já as terras baixas dão lugar ao criadouro, também chamado de faxinal, onde criam-se animais segundo direitos e

obrigações definidos em acordo entre os moradores e transformados posteriormente em leis municipais. Os direitos resumem-se ao uso coletivo dos recursos naturais do criadouro mas apenas para a alimentação dos animais, isto é, os recursos naturais passíveis de alimentação, como grama, frutos, raízes, água, etc.

Os municípios onde estão localizados os faxinais tiveram sua economia fortemente baseada no extrativismo da erva-mate e na exploração da madeira, que influenciou os aspectos socioculturais que caracterizaram o processo de apropriação da terra. A ocupação destas *terras de mato* (Ardenghi, 2003) foi motivada pelos interesses econômicos e políticos da época. Enquanto as terras de mato que limitavam com as terras de campo, eram ocupadas pela agricultura e extrativismo da erva-mate para a subsistência, praticada por imigrantes europeus, indígenas e caboclos em pequenas propriedades, as terras de campo eram ocupadas pela pecuária extensiva, constituindo assim uma estrutura agrária conservadora, a latifundiária. Wachowicz(1977) diz que o Paraná em 1876 não possuía os latifúndios do café, ou do açúcar, que caracterizavam as províncias setentrionais. Sua economia repousava na extração da erva-mate e da madeira. A agricultura de subsistência era considerada de pouco “status” social. Era praticada por libertos ou pessoas de poucas posses. A província necessitava de muita mão-de-obra, pois dos 80.000 habitantes do Paraná, a maioria estava engajada na exploração do mate.

As terras de mato, começaram a receber imigrantes no final do século XIX e começo do século XX, onde estes passaram a implantar a agricultura diversificada, desenvolvida em nada mais que 25 hectares de terra, vendidos aos europeus pelo governo, ou companhias colonizadoras da época, transformando rapidamente a paisagem desta região. Não queremos aqui com esta afirmação contribuir para a difusão da ideologia de que os colonos europeus eram povos empreendedores, trabalhadores, e os outros povos que aqui viviam, caboclos, atrasados, embora isto acompanhe o imaginário social brasileiro e do sul do Brasil.

As vastas áreas de mata que preenchiam a região em estudo eram muito ricas em florestas, com uma diversidade de espécies de madeira de construção⁷ como cedro, canela, peroba, imbuia, pinheiro e tantas outras. Ao lado destas, que

⁷ Os faxinalenses durante muitas décadas utilizaram a madeira do faxinal para construir suas casas. Em faxinais cujos moradores têm descendência européia encontramos até hoje, casas feitas de madeira, porém, as pesquisas de campo que realizamos permitem afirmar que as casas de madeira, devido a proibição do corte da madeira dos faxinais e da menor durabilidade da casa de madeira em comparação com a de alvenaria, rapidamente estão sendo substituídas.

sustentaram o ciclo da madeira no Paraná, está a erva-mate que abriu os caminhos econômicos, para escoar a produção e caminhos sociais para a circulação da população do Estado.

A atividade de extração da erva-mate fez parte do cotidiano do colono europeu, todavia muito antes dele, já era uma atividade de alto valor comercial, como assinala Ardenghi(2003, p. 52),

A erva-mate constituía-se numa riqueza muito valorizada na época das reduções jesuíticas, podendo-se constatar a preocupação dos padres em descobrir o processo de germinação das sementes, ocorrendo, assim, a presença de ervais plantados em algumas reduções. Largamente utilizada pelos índios, foi incorporada pelos missionários, que passaram a comercializar o produto na região platina. Além da exploração da erva-mate nativa, também ocorria o seu plantio desde a segunda metade do século XVII. No século seguinte, tornou-se uma das principais fontes de recursos das Missões.

A autora, com o estudo realizado sobre Rio Grande do Sul e especificamente sobre Palmeiras das Missões, cita os ervais como fonte de arrecadação das Câmaras Municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto. Havia um controle rigoroso e assistido pelos órgãos municipais para evitar a destruição das árvores quando eram cortados os ervais. A fiscalização, porém, servia apenas para os ervais públicos, pois os privados era difícil controlá-los e fiscalizá-los. Os públicos eram explorados pelos agricultores pobres, que praticavam a agricultura e o extrativismo. Porém, era uma condição muito instável à medida que a terra estava sujeita a um processo de privatização pelas elites locais, que aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras, forçando a migração para áreas inóspitas e devolutas ou submeter-se à condição de peões das instâncias em substituição aos escravos.

Segundo Ardenghi(2003), até a segunda metade do século XIX, não houve privatização de terras e elas existiam em abundância. Posteriormente, o processo de privatização tem início e as elites locais passaram a apoderar-se de todas as terras que ofereciam garantia de altos lucros.

Com a Lei de Terras de 1850, as terras devolutas passaram a ser vendidas pelo governo, o que negou o acesso à terra pela população pobre. Já para as elites locais facilitou a regularização das propriedades e a incorporação de novas áreas.

As atitudes do governo resultaram na multidão de homens e mulheres despossuídos de qualquer pedaço de terra, em meio a grande abundância de terras.

Com a chegada dos colonos à região no final do século XIX e início do XX, novamente a população dessas matas, os caboclos e indígenas, são negligenciados. Estas terras supostamente desabitadas, são recortadas e vendidas para os imigrantes europeus, que embora receptores de terras para plantar e viver, também tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades diante da estranheza do novo mundo.

Segundo Andreazza (1999), o deslocamento de contingentes humanos, como verificado durante a segunda metade do século XIX, corresponde, simultaneamente, a um impulso de atração, desenvolvido nos locais de adoção dos emigrados, e outro de repulsão, gerado pelas mudanças conjunturais dos países de onde saíram os imigrantes. Efetivamente, ao mecanismo de repulsão populacional que se processou na Europa, correspondeu o processo de atração da imigração, não só desejado, mas, sobretudo necessário ao Estado brasileiro.

Embora necessária para o país, a imigração ocorreu de forma conflituosa, uma vez que para a atração do emigrante foram realizadas várias propagandas “enganosas”, muitos vieram em busca da “terra prometida” para cultivar e com ela ganhar seu sustento e defrontaram-se com uma realidade nada paradisíaca, o contrário, da relatada nos boletins veiculados na Europa, os quais informavam sobre as condições dadas aos imigrantes que viessem ao Brasil.

Segundo Tavares dos Santos(1984), de fato, os primeiros imigrantes que aportaram no Brasil tiveram que superar dificuldades iniciais bem ásperas. Sem auxílios técnicos necessários, foram muitas vezes designados como novos bandeirantes, para desbravar regiões incultas. Ademais, a ocupação do espaço geográfico, entre os latifúndios do café em São Paulo, nas margens das coxilhas e canhadas das extensas estâncias gaúchas, na serra, como aconteceu no Rio Grande do Sul, e entre os campos com fazendas pecuaristas no Paraná, não foi um processo sereno e pacífico de expansão demográfica e de penetração em novas regiões, pois o fato feria as relações de propriedade e as relações de dominação existentes na estrutura da sociedade brasileira. O processo tinha um forte caráter político e de classe. A ampliação do espaço geográfico ocupado pelos imigrantes, ainda que expresse certa abertura na estrutura de relações sociais dominantes no período, se fez com a permissão e patrocínio dos próprios fazendeiros. O que estes precisavam era, de trabalhadores que atendessem à necessidade de mão-de-obra, resultante do estreitamento do comércio de escravos, além de outros interesses que

envolviam o estabelecimento de correntes migratórias para o Brasil, como a ocupação de áreas “vazias” do território paranaense e a produção de alimentos para o abastecimento das atividades não-agrícolas. O migrante foi na realidade, uma mercadoria bastante cara envolvendo vários negociantes, ou seja, envolvia bancos poderosos, companhias de navegação, ferrovias, agenciadores etc.

O regime instalado no Paraná com a vinda dos imigrantes europeus, era do pequeno proprietário sem estranhos, nem escravos, nem empregados, nem agregados. Martins (1989), afirma que este regime era de um individualismo bastante nítido, era como uma espécie de contaminação do espírito urbano na vida rural. Cada colono tem sua lavoura, seu comércio, sua terra e nela trabalha o próprio colono, sua mulher e filhos.

No sistema faxinal, do mesmo modo, manteve-se a lavoura individualizada, bem como as hortas e a moradia, contudo, as terras de faxinal foram partilhadas para uso de todos os moradores, como criadouro comunitário.

Desde o final do século XIX até por volta dos anos 1970, o sistema faxinal se manteve pouco alterado. O evidente processo de desagregação dos faxinais iniciado com a crise ervateira a partir de 1914, se acelera com o processo de modernização agrícola, iniciado nos anos 1960 quando acontece uma rápida mudança de racionalidade na produção agrícola de alguns faxinalenses (principalmente médios proprietários de terra), e como consequência, inúmeros faxinais são extintos no Paraná, os criadouros comunitários foram rapidamente cedendo espaços para o plantio de soja, milho, feijão etc., principalmente por se tratar de terras planas que permitiam a mecanização. Segundo Marques (2004), dos 152 faxinais existentes até a década de 1980, em 1994 restaram 56 faxinais, vindo somar atualmente um total aproximado de 44 faxinais, os quais ainda mantêm o "sistema de criadouro comunitário e/ou o uso coletivo das terras", com alguma atividade produtiva (como as pastagens). A área total dos faxinais é de, aproximadamente, 26.189,0 ha; com uma área total mínima de criadouro de 15.914,86 ha; com cerca de 3.409 famílias. Segundo o autor, estes faxinais distribuem-se da seguinte forma, pelas regiões e municípios: 14 faxinais, na região de Guarapuava, situados nos municípios de Prudentópolis, Turvo e Pinhão; 15 faxinais, na região de Irati, situados nos municípios de Rebouças, Rio Azul, Mallet, Irati e Inácio Martins; 02 faxinais, na região de Pitanga, situados no município de Boa Ventura de São Roque; 03 faxinais, na região de Ponta Grossa, situados nos municípios de Ponta Grossa, Ipiranga e

Imbaú; 03 faxinais, na região de União da Vitória, situados nos municípios de São Mateus do Sul e Antônio Olinto; e 07 faxinais, na região de Curitiba, situados nos municípios de Mandirituba e Quitandinha

Mudanças, Continuidades e Extinção no/do Sistema Faxinal: algumas considerações

Por volta de 1930 – 40, o mercado internacional da erva-mate começa a se reduzir, com o fechamento em 1931 do mercado argentino para a erva-mate brasileira, propriamente para a paranaense.

Neste processo, paralelamente, desencadeia-se o gradativo desaparecimento dos criadouros comunais que são vitais para a sobrevivência do pequeno proprietário, principalmente dos mais pobres.

Entretanto, o enfraquecimento, ou desaparecimento do sistema não está totalmente vinculado à queda do preço e à redução do mercado internacional da erva-mate. Outros fatores seqüentes foram, cada vez mais, reestruturando a organização dos faxinalenses.⁸, porém, importante assinalar que os imigrantes, ou outros moradores dos faxinais, perdiam naquele momento uma fonte de renda, lucrativa, porém, a prática da agricultura diversificada, certamente corroborou para a permanência dos faxinalenses no campo. Logo após, estes moradores foram também ocupados no corte da madeira como diaristas, ou cortando e comercializando a madeira existente em suas terras.

Payés (1993) afirma que com a chegada das serrarias acontece simultaneamente a melhoria da rede viária. Com a melhoria das estradas para escoamento da madeira, os faxinais ligam-se às sedes municipais, abrindo assim possibilidades de venda de alimentos produzidos pelos faxinalenses. O autor assinala que por volta de 1940, abrem-se perspectivas de ganho, pela primeira vez, com a venda de bens de subsistência. Obviamente que, a demanda de alimentos fez com que os faxinalenses fossem aumentando áreas de agricultura, vindo a ocupar paulatinamente as áreas do criadouro comunitário.

Outro fator responsável pela desestruturação do sistema faxinal é a partilha da terra com os filhos, que se casam e constituem nova moradia. Evidentemente, que com o surgimento de novas moradias, reduz-se a disponibilidade de recursos

⁸ Chamamos de faxinalenses todos os moradores do faxinal que dividem parte de suas terras de faxinal para uso comum dos moradores.

naturais. Criaram-se estabelecimentos pequenos que não garantem a subsistência de muitos casais de jovens. Em tais circunstâncias, quando existe necessidade de ampliação das terras agrícolas, a única alternativa é retirar do uso coletivo para o uso individual as áreas de faxinal, e transformá-las em terras de lavoura. A individualização das terras de faxinal com o cercamento das mesmas aconteceu e ainda acontece a partir do momento que se abrem novas possibilidades de integração no mercado de produtos agrícolas.

A partir da década de 1950 - 60, se defendeu, a nível internacional a modernização da agricultura, baseando-se nos princípios de que esta seria o meio mais eficaz de desenvolvimento. Para isso foram grandes investimentos em tecnologias e recursos humanos para responder à necessidade de transformar esta atividade de baixos investimentos para a industrial de altos rendimentos. A tendência à mecanização, que exigia grandes investimentos de capitais, foi acompanhada da idéia de propriedade e uso individual da terra. A ideologia dominante preconizava que o acesso aberto à terra conduziria à sua sobreexploração, pois muita gente teria acesso ao seu uso degradando-a. O uso e aproveitamento da terra, através da sua individualização, conduziriam à ótimos resultados.

Segundo depoimentos colhidos nos faxinais com pessoas idosas, “as pessoas que entendiam do assunto diziam e dizem para a gente que tinha que fazer roça no faxinal”. Defendia-se o desmantelamento do criadouro comunitário, pois aos olhos de técnicos agrícolas, agrônomos, extensionistas da região, a manutenção do mesmo representava obstáculo ao progresso econômico e social do faxinalense.

Diante disso, algumas famílias de faxinalenses em razão da influência de novos padrões sociais e econômicos afastaram-se gradativamente da sua conduta de ênfase coletiva, passando a apoiar o seu sentido existencial no individualismo que, tem como maior bandeira a propriedade e uso individual da terra.

Na década de 1990, mais exatamente no ano de 1995, o governo federal passa a apoiar via - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF – a agricultura com a primeira linha de financiamento da produção para agricultores familiares (custeio agrícola). O Programa foi institucionalizado através de Decreto Presidencial, no dia 28 de junho de 1996, como um programa de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento rural para o fortalecimento da agricultura Familiar. O PRONAF, então, inicia sua implementação com quatro linhas de ação: Negociação de Políticas Públicas com Órgãos Setoriais; Financiamento da Produção

Familiar; Profissionalização de Agricultores Familiares; e Infra-estrutura e Serviços de Apoio aos municípios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008). O Pronaf ou o Pronafinho, segundo os faxinalenses, é responsável pela melhoria da vida no campo. Disse-me uma faxinalense o seguinte: “Sem o Pronaf a agricultura não vai. O povo já tinha desistido de tudo”. “Com este dinheiro a gente consegue produzir”. Com a adoção de produtos químicos industriais (secantes, herbicidas etc.) e outras práticas agrícolas modernas, os faxinalenses ficam menos dependentes de vizinhos e parentes, para os auxiliarem no trabalho agrícola, além de buscar a ampliação das áreas agricultáveis, fatos que devem ser considerados quando falamos sobre a extinção de alguns faxinais.

Observamos através da pesquisa de campo realizada, que são vários os fatores responsáveis pela manutenção/extinção dos faxinais bem como pela saída dos faxinalenses do meio rural. Neste trabalho não foi possível falar de todos, de modo que, alguns ficarão para os trabalhos futuros. Passaremos agora a falar das observações feitas nos faxinais já mencionados.

Faxinal Taquari dos Ribeiros e Faxinal Anta Gorda

Os dois faxinais surgiram no final do Século XIX. Nesta época o desenvolvimento econômico do Paraná esteve pautado na extração da erva-mate vendida ao mercado internacional. A região era povoada por indígenas, caboclos e no final do século XIX recebeu os imigrantes europeus. No município de Prudentópolis foram estabelecidos os imigrantes ucranianos e no município de Rio Azul, os poloneses. Ambos se integraram à economia regional, extraindo erva-mate, praticando a agricultura e servindo de mão-de-obra em obras públicas.

As famílias de europeus, inicialmente adaptaram o seu modo de vida ao meio ambiente - instalando-se em áreas de floresta nativa com ervais – utilizando elementos, e incorporando costumes dos caboclos e indígenas da região. Em suas pequenas parcelas⁹ elas desenvolveram uma produção de subsistência sendo que a área do faxinal foi e é utilizada como pasto comunitário, aliado na época, ao

⁹ A organização das propriedades obedecia a seguinte orientação: a cada 250 m, de cada lado da pequena estrada carroçável cuja construção se ia fazendo na medida em que se efetuava a ocupação. Os lotes tinham sempre 10 alqueires (25 ha), em regra 250m de frente por 1.000 m de fundos.

interesse de manter a área de ervais, enquanto as áreas para a agricultura eram aquelas que não possuíam erva-mate e madeiras com valor comercial. Entretanto, aqui é fundamental reconhecer que na gênese deste modo de vida estava a inadaptação do colono europeu na região, num ecossistema de mais alta diversidade biológica que estes desconheciam completamente. Em meados do Século XX a atividade ervateira entra em crise provocada pela perda do mercado externo para o produto vindo da Argentina e do Paraguai. Os colonos europeus e seus descendentes, os caboclos e outros que trabalhavam na extração da erva-mate perderam nesse período uma das principais fontes de renda, porém, continuaram com a agricultura de produtos alimentares, base da sua economia e razão da fixação dos mesmos.

Na década de 1950-60, o Brasil e por extensão o Estado do Paraná adotam a política de modernização agrícola buscando o desenvolvimento. Acreditava-se até então, que o arcaísmo da agricultura brasileira significava obstáculo ao desenvolvimento econômico. Defendeu-se, a nível internacional a modernização da agricultura, baseando-se nos princípios de que esta seria o meio mais eficaz de desenvolvimento. Para isso foram feitos grandes investimentos em tecnologias e recursos humanos para responder à necessidade de transformar esta atividade de baixos investimentos para a industrial de altos rendimentos. O marco fundamental da modernização da agricultura brasileira foi implantado no final da década de sessenta e ao longo dos anos setenta, marco este que recebeu o nome de Revolução Verde, embora, suas origens remontem ao final de 40 e anos 50, quando as iniciativas estatais foram dirigidas à expansão industrial. A Revolução Verde, a industrialização do processo de produção agrícola, reordenaram e redefiniram as atividades no campo. O surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e as Cadeias Agroalimentares, passaram a orientar os processos de produção no espaço agrícola. A agricultura passa de setor responsável pelo fornecimento de alimentos e matérias-primas, para mercado consumidor dos produtos industriais, envolvendo máquinas, equipamentos e os chamados insumos modernos. Em regiões brasileiras, onde predominavam as grandes lavouras¹⁰ de monoculturas, e o trabalho

¹⁰ Topalov(1978) assinala que todos os dados e estatísticas estabelecem que o latifúndio dominou e domina a agricultura brasileira. Em 1960, 3% das propriedades agrícolas monopolizavam 53% das terras, enquanto que 70% das propriedades dispunham de somente 9% das terras; essa grande diferença é mais acentuada no Norte e Nordeste do país. É mais atenuado, entretanto, na região sul,

assalariado, observou-se uma transferência crescente de mão-de-obra do campo para as cidades, fundamentalmente em virtude do surgimento e expansão da mecanização. Talvez esta estrutura baseada em pequenas propriedades, justifique o baixo esvaziamento do campo paranaense, especificamente da região centro-sul, nestas décadas.

Na região centro-sul, ao contrário, no transcorrer da sua história, na maioria dos municípios, todas atividades agrícolas foram desenvolvidas por trabalho familiar aplicado em pequenas áreas de cultivo. Observa-se que devido as condições locais, as implicações são diferentes e diferentes transformações são operadas, contrariando a tendência geral da economia.

Nos municípios pesquisados, desde às décadas enfatizadas, inevitavelmente, mudanças aconteceram, contudo, a produção agrícola continuou conservando muitos traços do período precedente, com concentração de mão-de-obra familiar.

A produção do fumo via integração com a indústria fumageira, que iniciou por volta de 1980 e continuou crescendo, embora se constitua numa cultura de importância econômica na região em estudo acompanha a tendência de absorver o trabalho de membros da família ao longo de todo o processo produtivo. As eventuais deficiências de mão-de-obra são supridas por mecanismos específicos, como a contratação de camaradas, que nada mais são que filhos de outros produtores que buscam aumentar seus rendimentos, ou apenas para ajudar o outro nas tarefas mais urgentes. Constata-se que a prática da ajuda-mútua, ou troca de dias, são mecanismos tradicionais, ainda utilizados nas fases de maior urgência, como colheita do fumo, do feijão, do milho etc., sem a qual o desempenho da lavoura poderia estar ameaçado, comprometendo a sobrevivência da família. Trata-se de uma relação realizada entre “vizinhos de roça ou de casa”, ou com algum vínculo de parentesco e que não envolve dinheiro como recompensa. No faxinal Taquari dos Ribeiros, encontramos a figura do “agregado”. Trata-se de um trabalhador que mora na casa do proprietário da terra e assume uma parte da terra para plantar o fumo. Todos os gastos com o processo de produção são contabilizados e ao final, depois de concluído o trabalho juntamente com o proprietário vende-se a matéria-prima – fumo - subtraem todos os custos e dividem o valor líquido entre os agricultores

onde a colonização foi realizada no decorrer do Século XIX por camponeses europeus, sendo a única do Brasil não dominada pelo sistema latifundiário.

envolvidos. Neste faxinal aproximadamente 95% das famílias, introduziram a cultura do fumo nas áreas de plantar. Para algumas delas, a intensificação do uso do solo representou a única possibilidade de sobreviver como família em pequenas áreas de terra, já que para o cultivo do fumo, não há necessidade de grande quantidade de terras e do sistema tradicional de rotação de terra. No caso desta cultura, a tradição de rotação de culturas, desapareceu. Sponholz (1971) expõe depoimentos de agricultores que disseram: “onde entra a cultura do fumo é porque as demais culturas vão mal”. Trata-se de produção sob contrato, apresentando aspectos positivos em relação ao aumento da eficiência e a redução dos riscos de comercialização. Os aspectos negativos são observados, devido ao grande volume de trabalho. Hoje resta menos tempo para o plantio de produtos alimentícios, pois ocupa-se toda a mão-de-obra familiar na produção do fumo, que segundo depoimento dos faxinalenses que o produzem, trata-se de “uma cultura que dá mais lucro.

Como em sociedades tradicionais as esferas econômica, social e cultural são intimamente ligadas umas às outras, o novo modo de produção alterou a vida, a rotina das famílias, contudo, não provocou mudanças significativas no sistema faxinal. O pasto comunitário permanece. Fato este que confirma que a tradição de manter a pastagem para uso comum de todos os moradores, passada de geração em geração, permanece e não está vinculada estritamente à função econômica do criadouro comunitário.

Nos dois casos, observa-se que a cidade exerce forte atração sobre os faxinalenses jovens. Até mesmo as famílias ao encaminharem seus filhos à escola, fazem-no movidos pela vontade de vê-los trabalhando na cidade, em empregos “mais leves” e “na sombra”. É marcante sentir como o aparelho urbano se impõe na vida, principalmente dos mais jovens, que buscam a cidade deslumbrados com tudo que ela oferece. Dentro das estratégias para conseguir conquistar “as maravilhas” da cidade ocupa destaque a migração para a cidade em busca de trabalho remunerado mensalmente.

É real o fato de que um considerável número de membros das famílias faxinalenses esteja nas cidades, atraído pelas “maravilhas” que a cidade oferece, porém, uma parcela considerável destes, busca melhorar de vida para atender as próprias necessidades e da família que ficou no campo com pequenas

possibilidades de melhorar econômica e socialmente, morando e trabalhando em pequenas áreas de terra.

Acerca do exposto, gostaríamos de destacar que nos faxinais que fazem parte da pesquisa, o traço predominante do modo faxinalense de vida¹¹ é o seu caráter comunitário. A produção material da vida se fazia e se faz, além do uso dos criadouros comunitários, através da prática do mutirão, bem como das relações de cooperação existentes para construir e desmanchar suas casas, paióis, barbaquás, queimar roças, ajudar à colher os produtos, etc.

Importante dizer que, ao reconhecer a existência de um *ethos* comunitário presente nos faxinais, não significa que eles estão isentos de valores individualistas e mercantis. Não estamos falando de uma comunidade igualitária, completamente harmônica, onde não há atritos.

Considerações finais

Comparando os dois estudos, pode-se observar que em ambos os casos os faxinalenses, debatem-se diante de força que vem de fora, trazida pelos técnicos agrícolas municipais ou das empresas do fumo, cada qual defendendo diferentes caminhos para o sucesso do agricultor. Evidentemente, que na maioria das vezes, ambos são defensores incondicionais do uso de produtos industrializados, sementes e de técnicas modernas de preparo do solo, de plantio e colheita. Este fato, provoca descontentamento e insatisfação de muitos faxinalenses acostumados à agricultura tradicional, cujas técnicas inventadas pelos seus ancestrais eram repetidamente utilizadas por eles. Nos dois casos as famílias ficavam um pouco distanciadas das chamadas regiões dinâmicas e como estratégia de sobrevivência os moradores do faxinal Taquari dos Ribeiros, tentam modernizar-se com a cultura do fumo, cultura que obedece a um processo moderno de produção acompanhado pelos “instrutores de fumo” funcionários da indústria. No Faxinal Anta Gorda, poucas são as famílias produtoras de fumo, contudo as que deixaram de produzir alertam para os males provocados pelo plantio do fumo à saúde, todavia admitem que seja uma cultura que oferece tranquilidade maior ao produtor, pois este tem a garantia da venda e lucros maiores.

¹¹ Um modo de vida não se reduz às práticas materiais, mas também pelo conjunto de suas crenças, festas, linguagens, signos.

Os agricultores familiares que praticam a policultura e tem no feijão a esperança de conseguir dinheiro para comprar os produtos que não tem na propriedade, apontam o incentivo estatal aos agricultores através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou Projeto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Especial (PRONAFINHO), como responsável pelas melhorias conquistadas no processo de produção do feijão e do milho, bem como, e em estruturas de armazenamento e transporte de seus produtos.

Finalmente observa-se que as estratégias de sobrevivência adotadas pelos faxinalenses representam tentativas de superar as dificuldades que tem em melhorar o seu patrimônio, suas moradias, em dar conforto para membros da família que permanecem no campo e se possível à àqueles que migraram ou por decisão da família ou por melhores perspectivas individuais.

A partir do exposto, as comunidades analisadas nos permitem apontar um dos caminhos para a permanência destes nos faxinais como agricultores, é a construção de estruturas que permitam maior sociabilidade dos jovens no campo, semelhantes ao aparelho urbano, para tornar a vida do jovem do campo menos monótona, apontada em depoimentos de jovens e adolescentes dos faxinais.

Ao mesmo tempo, precisamos considerar as vantagens e os riscos que as novas formas de produção, as atividades propostas por técnicos, pesquisadores, profissionais de ONGs, trazem para os faxinalenses dentro do seu contexto local, sócio-cultural e econômico. Só assim, talvez, poderemos atingir um equilíbrio social, econômico e cultural respeitando os espaços da tradição e os espaços de modernização, salutar e essenciais à melhoria das condições de vida dos faxinalenses.

Referências Bibliográficas

ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARDENGHI. Lurdes Grolli, Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003.

CARVALHO, H. M. de. **Da aventura à esperança**: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra. Curitiba: Inverno de 1984.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

COSTA, S. G. da. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento Preliminar sobre os sistema faxinal no Estado do Paraná**. (Relatório Final de Consultoria Técnica – IAP – Curitiba – PR). Guarapuava, 2004.

MARTINS, W. Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Martins fontes, 1989.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Conquistas do Crédito Rural do Pronaf**. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em 06 de maio de 2008.

PAYÈS, M. A. M. **O empresário familiar rural**: integração à agroindústria de fumo e diferenciação. Campinas: Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, A. G. A vegetação natural e a estruturação das paisagens na região Centro-Sul do Estado do Paraná. In: **Revista de Geografia** (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP) nº 12, São Paulo, SP: Brasil, 1993.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.

TOPALOV, C. **Estruturas agrárias brasileiras**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

WACHOWICZ, R. C. **Tomás Coelho**: uma comunidade camponesa. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.